

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA – IERB: FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM SERGIPE (1911 – 1969)

Sônia Pinto de Albuquerque Melo¹
sonia.pamelo@hotmail.com

Orientadora: Prof^{ta} Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas²
anagbueno@uol.com.br

Palavras- chave: *Profissão Docente – Educação Feminina – Escola Normal*

O sexo feminino, paulatinamente, no Brasil, passou a ter o direito de frequentar uma escola pública ainda que, no início do século XIX, de forma restrita, dado que a educação deveria ser regrada a fim da manutenção da harmonia do lar e no intuito de as mesmas não transcenderem os limites impostos socialmente a elas. A carreira do magistério apesar de não ser atrativa aos homens, estes foram resistentes ao ingresso da mulher na profissão, talvez pelo fato da crença de que a mulher instruída poderia ocupar o espaço masculino, nos diversos campos da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, o curso de formação de professores ganhou força e passou a ser procurado, predominantemente, por mulheres que objetivavam ascender social e financeiramente.

O currículo dos cursos normais passou por diversas transformações de acordo com a política nacional vigente, apesar de cada um dos estados brasileiros apresentarem peculiaridades referentes à organização curricular. A frequência de mulheres nesses cursos era predominante.

Em 1902, foi perceptível em Sergipe o crescimento do número de matrículas na Escola Normal¹ por mulheres e, com ele, também o estigma da feminização do magistério. A procura da Escola Normal pelas jovens sergipanas refletiu os ideais republicanos de que as mulheres precisariam estar instruídas para oferecer uma educação melhor aos filhos.

[...] a Escola Normal iria, paulatinamente, suprir uma necessidade e um desejo femininos e surgiria como a primeira via de acesso das mulheres à instrução pública escolarizada, o que também possibilitaria o exercício de uma profissão. A entrada das mulheres nas Escolas Normais e a feminização do magistério primário foram um fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, eram a grande maioria nesse nível de ensino (ALMEIDA, 2007, p. 120).

Desta maneira, ressaltamos dois aspectos relevantes. A mulher não precisaria instruir-se para o bem individual e sim, coletivo; outra questão foi o fato de muitas terem enfrentado familiares, em geral, homens, para conquistarem o espaço na

¹ Mestranda do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

² Professora Adjunta do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

sociedade, em especial, o acesso aos estudos na tentativa de angariar o seu posto nos diferentes campos sociais.

Em 1911, houve a construção do primeiro prédio próprio da Escola Normal, a qual, no ano de 1923, passou a ser denominada de Escola Normal Rui Barbosa. Este estabelecimento foi equipado com mobiliário escolar importado além da instalação de recursos para laboratórios das diferentes áreas do conhecimento tornando-se um dos prédios mais belos e mais importantes do Estado naquele momento. Tal fato estimulou a sua procura por pessoas da alta classe social do Estado o que fez com que estudantes e professores se orgulhassem de fazer parte desta instituição.

Desde o final do século XIX, seria a instituição de referência no Estado para a formação de professoras primárias. Para as jovens sergipanas desta época, a possibilidade de realizar o curso normal era uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2003b, p. 37).

Entre as décadas de 20 e 30 do século XX, com a propagação do escolanovismo, enfatizou-se o trabalho substancial à liberdade, trabalhos em grupo, manuais e experimentais. Por conta disso, o desenvolvimento de atividades através da pesquisa era salutar. Sendo assim, o trabalho com a leitura era incentivado no processo de aprendizagem e o livro passaria a ser o instrumento de estudo nas escolas; por esta razão, “educadores e educadoras comprometidos com o ideal escolanovista dedicaram-se a organizar novas práticas discursivas em torno do livro e da leitura, modelando seu uso escolar e normatizando as formas de apropriação do lido” (VIDAL, 2001b, p. 91).

Sendo assim, as escolas deveriam estar bem equipadas e aparelhadas para a aplicação das novas metodologias educacionais e o livro passou a ter um papel importante no processo de formação de leitores visto que as práticas com a leitura eram incentivadas no campo escolar aumentando substancialmente a procura da sociedade por livros os quais deveriam estar de acordo com a singularidade dos leitores além de estarem divididos entre os que deveriam despertar o gosto pela leitura e aqueles que seriam usados como fontes de estudo nas escolas. Desta forma, a leitura passou a fazer parte não apenas do convívio cotidiano, mas também do currículo escolar ampliando, assim, de maneira expressiva, as possibilidades de leitura nos universos social e escolar.

A parcela populacional menos abastada esteve, em sua maioria, à revelia dos novos métodos implementados pela Escola Nova, pois apenas em escolas acessíveis às classes mais privilegiadas estavam disponíveis estes recursos de aprendizagem. Diante desta situação, asseveramos que o ideal de “educação para o povo”, pretendido pelos republicanos, não foi efetivado nas primeiras décadas do período republicano.

Desta maneira, apesar de apresentar objetivos diversos, no caso específico da formação educacional feminina, a relevância do livro foi singular, já que passou a assumir um novo papel na vida das mulheres. Tal fato possibilitou-as não mais se encontrar à margem dos ideais do seu tempo – romances, jornais e revistas circulavam nos espaços privados.

A longa história da leitura nos fornece elementos essenciais. Sua cronologia se organiza a partir da identificação de duas mutações fundamentais. A primeira enfatiza a transformação da modalidade física, corporal, do ato de leitura. Ela insiste sobre a importância

decisiva da passagem de uma leitura necessariamente oralizada, indispensável ao leitor para a compreensão do sentido, a uma leitura possivelmente silenciosa e visual (CHARTIER, 2003, p. 33 – 34).

Diante disto, a visão submissa da mulher em relação aos homens reduziu-se significativamente com o surgimento dos folhetinsⁱⁱ os quais ampliaram a circulação da literatura romaneada bem como provocaram mudanças nos procedimentos de práticas de leitura – isolamento, ao invés dos serões em voz alta; nas temáticas de interesse – curiosidades despertadas pelas questões políticas recentes; por exemplo, criaram a possibilidade do acesso à leitura pelas mulheres. Estas não estiveram apáticas aos ideais e anseios de seu tempo – romances, jornais e revistas circulavam nos espaços privados.

Muitas destas produções que circulavam nos espaços privados eram femininas. Como a literatura de mulheres esteve muito ligada ou próxima da experiência pessoal de vida da escritora, a tendência à autobiografia e ao caráter confessional eram a sua principal característica; nos diários e cartas, primeiras manifestações literárias de mulheres, prevaleceu um fluxo de sentimentos pessoais repassados que encontravam aprovação familiar e social à prática de uma literatura auto-endereçada ou destinada a um reduzido círculo de leitores e encontrava em seus diários e cartas uma fórmula preciosa e única de expressar segredos. A frequência com que mulheres mantiveram diários e correspondências demonstra que a motivação para essa prática era uma necessidade de expressar sentimentos pessoais contidos. Nos escritos, as mulheres deixavam fluir a criatividade e, às escondidas, escreviam histórias imaginárias destinadas ao fundo de uma gaveta ou de um baú esquecido. Nesta ficção, encontrava-se uma literatura em que personagens inspiradas no seio familiar interagiam em um contexto doméstico reproduzindo situações cotidianas ou então revelando a indignação do papel feminino passivo e submisso diante do meio social. Outrora queimados, antes mesmo que fossem encontrados, tais manuscritos podem ser considerados como as primeiras manifestações literárias femininas cuja produção escrita passou a ser vista pelas mulheres como instrumento capaz de promover mudanças significativas em suas vidas. Ao expressar sua visão de mundo, não encontraram uma poética a sua disposição, dado que tal literatura não se adaptou às convenções masculinas tradicionais. Por ser inspirada no particular, através da literatura de mulheres, podemos perceber não só a experiência pessoal da escritora como também a experiência feminina a qual transcendeu o autobiográfico e resultou numa visão literária da condição feminina retratando sua realidade e denunciando sua situação social. Darnton (2002) corroborou que “[...] as escritoras muitas vezes voltavam-se para a literatura depois de enviuvarem ou se separarem dos maridos. A maioria tinha riqueza independente” (DARNTON, 2002, p. 202).

A partir da década de 30 do século XX, generalizou-se no Brasil o modelo dos grupos escolares para o ensino primário e dos institutos de educação para a formação de professores. Nesse caso, embora houvesse alterações curriculares regionais, conforme Veiga (2007), o ensino estava centrado em Psicologia, Biologia e Técnicas de Ensino. Alguns estados passaram a exigir, para ingresso nos institutos de formação docente, a conclusão de ensino secundário.

Com o Estado Novo em voga, na década de 30 do século XX, na política brasileira, ocasionaram-se reflexos no âmbito educacional, visto ainda por alguns intelectuais como uma educação restrita à pequena parcela populacional. Destarte, neste período “a preocupação com a melhoria do ensino esteve bastante presente, fato que iria refletir-se na organização curricular da Escola Normal” (ALMEIDA, 2004, p. 84 – 85).

Em 1946 foi instituída uma nova Constituição cujo debate no que concerne à regulamentação do sistema de ensino pelo Estado foi uma constante. Também neste período implementou-se a Lei Orgânica proposta por Anísio Teixeira que habilitou a formação docente em três níveis – os cursos normais regionais, que capacitariam regentes para o ensino primário; as escolas normais, que formariam professores primários e os institutos de educação, que possibilitariam habilitação tanto para o magistério quanto para a administração escolar.

A partir de 1946, por determinação federal, as Escolas Normais passaram a ser denominadas Institutos de Educação, os quais passaram a ser uma “nova e importante modalidade de organização da escola normal” bem como centros de “referência para a formação de professores” (VEIGA, 2007, p. 257).

Com o Plano de Metas, no início da segunda metade do século XX, percebeu-se um aumento paulatino do número da população urbana em detrimento da rural; neste período, foi notória a necessidade de especializar a mão-de-obra no intuito de dinamizar a economia haja vista a inserção do Brasil em um processo intenso de industrialização.

No ano de 1956, o convênio estabelecido entre Brasil e Estados Unidos, no governo de Juscelino Kubitschek, coordenado pela USAID – United States Agency for International Development – apresentou como objetivo primordial promover uma política assistencialista na educação elementar deste país aos denominados subdesenvolvidos, apresentando como uma das principais metas reduzir os índices de repetência e evasão escolares, além de promover qualificação dos docentes oferecendo-lhes uma visão mais técnica de ensino. No caso específico das disciplinas oferecidas no curso de aperfeiçoamento para os professores das Escolas Normais, Veiga (2007, p. 281) cita-as, conforme relatório de 1964, quais sejam: Psicologia Educacional, Aritmética, Ciências, Currículo e Supervisão, Estudos Sociais, Língua Pátria e Educação Pré-Primária.

Um fato relevante neste processo foi o desaparecimento do caráter profissionalizante das escolas normais que passou a permitir o acesso ao ensino superior, como os demais cursos de nível médio.

Por conseguinte, percebemos também a desvalorização da docência em virtude da necessidade de aumentar o número dos profissionais do magistério a fim de atender as reivindicações de acesso à educação. Neste período, as moças de classes sociais mais elevadas já tinham angariado outras profissões que lhes pudessem conferir o *status* social que outrora era concedido pelas escolas normais. Desta forma, o IERB passava a ser freqüentado, predominantemente, por outro público. Assim sendo, deveria estar situado em local condizente à nova realidade, mais um motivo para que a Escola Normal Rui Barbosa deixasse de ocupar espaço próximo do centro da cidade e se transferisse para uma das regiões periféricas na metade da década de 50 do século XX.

Destacamos que ainda não foram localizados documentos oficiais que comprovassem a assertiva anterior; no entanto, fontes tais como os regimentos internos da escola neste período que citaram a presença de uma “caixa escolar” para atender as alunas mais necessitadas, a existência de uma cooperativa para auxiliar nos gastos das alunas mais carentes além da oferta de cursos profissionalizantes neste período como o de datilografia, levaram-nos a inferir tal pressuposto.

Apesar de a política educacional passar a ser regida por uma lei específica a partir de 1961 – a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 4024, de 20/12/1961, não apresentou mudanças significativas concernentes às escolas normais, dado que padronizou apenas o período de duração dos cursos. No entanto, a referida LDB manteve a finalidade dos Institutos de Educação concernente à formação

docente, bem como a dualidade no referido processo – para regente de ensino primário, escola normal ginasial; para professor primário, a colegial.

Conforme os Regimentos Internos da década de 60 do século XX, os mesmos informavam em seu artigo 1º que a finalidade do Instituto de Educação seria formar e aperfeiçoar o professor primário; prepará-lo para prosseguir nos estudos de nível superior; possibilitar a propagação de técnicas direcionadas à educação infantil e permitir às alunas uma visão geral acerca da sociedade.

Em Sergipe, até o ano de 1964, após a mudança do prédio, o IERB passava por um período crítico, com desestímulo tanto do pessoal administrativo quanto dos corpos docente e discente. Não havia quem quisesse exercer a função diretiva até que, no ano de 1964, ano em que se iniciou o período ditatorial no país, assumiu a direção do IERB a professora Maria das Graças de Azevedo Meloⁱⁱⁱ. No período de sua gestão, buscou revitalizar a escola e propor mudanças na tentativa de reaver o nome que a mesma conquistara no passado. Por este motivo, no período de sua gestão “Foi formada a primeira banda do Estado de música e fanfarra, foram implantados diversos cursos profissionalizantes, de teatro, piano, violão [...]” (JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 21 out. 1990).

Quanto às manifestações de atividades de leitura realizadas no IERB, conforme Soares (1990), constatamos a existência de um clube de poesia liderado pelo professor Bosco Seabra, a fundação de um jornal denominado “O Ierbiano”, apresentações de trabalhos literários da professora Núbia Marques, concursos de poesias e a estréia do grupo de teatro dirigido pelos professores João Costa e Antônio Joaquim Filho com a peça “A casa de Bernarda Alba” da autoria de Federico Garcia Lorca no Teatro Atheneu^{iv}. Experiências como as supracitadas, estavam previstas nos Regimentos Internos do IERB os quais estabeleciam que:

O Estabelecimento promoverá, com a colaboração dos professores, atividades complementares de iniciação artística, abrangendo entre outras:

- I. Grêmio literário
- II. Orfeão Artístico
- III. Jogral Escolar
- IV. Banda Escolar
- V. Grupo Teatral
- VI. Clubes de Poesia, de decoração, de leitura, etc

(Fonte: Regimentos Internos, 1966 e 1968, Acervo do IERB).

Diante deste contexto, o curso de formação de professores estava organizado em disciplinas que compunham a formação geral e aquelas direcionadas à formação especial cuja subdivisão ocorria nas quatro séries do curso Pedagógico.

“Língua Nacional e Literatura” era uma disciplina ministrada em todas as séries, em conformidade com a LDB 4024/61, enquanto que disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira” eram reflexos do período político vivenciado pela sociedade brasileira na referida época. De acordo com o Art. 40, alínea “a” da referida Lei, cabia aos Conselhos Federal de Educação e aos Estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino: “organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso, dando especial relêvo ao ensino de português”.

Evidenciamos ainda a abrangência curricular direcionada às disciplinas de formação especial em que, na primeira série, havia o contato apenas com “Didática

Geral” ampliando as discussões desta disciplina para a segunda série; nesta, o campo de discussões se ampliava visto que “Estatística Educacional”, “Psicologia”, “Estrutura” e “Sociologia” já estavam presentes na grade curricular do curso Pedagógico.

Na terceira série, enquanto havia uma redução significativa na oferta de disciplinas direcionadas à educação geral – existiam na grade apenas “Língua Nacional e Literatura” e “Matemática”; as disciplinas concernentes à formação especial passavam a ser ministradas com maior intensidade. Esta série era composta por disciplinas, predominantemente, de caráter de aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e práticos sobre a docência, uma vez que o currículo era constituído por “Psicologia”, “Estrutura”, “História da Educação”, “Filosofia da Educação”, “Biologia Educacional”, “Didática da Linguagem”, “Didática da Matemática”, “Didática das Ciências”, “Didática dos Estudos Sociais”, “Medidas Educacionais”, “Prática de Ensino” e “Estágio Supervisionado” sendo que os estudos destas três últimas disciplinas prosseguiram na quarta série a fim de que as normalistas aprimorassem os conhecimentos apreendidos no curso de formação do magistério para assim estarem aptas ao exercício da profissão docente.

No processo de formação de professores, a Lei 5696, de 11/08/71, extinguiu as Escolas Normais e regulamentou a habilitação profissional do magistério cujo currículo deveria ser dotado por fundamentos e legislações educacionais, além de estágios.

Para ensinar nas quatro primeiras séries do primeiro grau, de acordo com o Artigo 30, alínea “a”, a formação mínima exigida era o segundo grau; e, em consonância com as alíneas “b” e “c” do mesmo Artigo, para lecionar das 5^{as} às 8^{as} séries do 1º grau e todas as séries do 2º grau, a habilitação deveria ser obtida em curso superior de licenciatura. Não obstante, a supracitada Lei também apresentou algumas controvérsias, uma vez que seus Artigos 77, 78 e 79 flexibilizaram tal exigência por ressaltar que, em situações precárias que visassem ao atendimento das necessidades de ensino, outros profissionais, legalmente habilitados, poderiam assumir as salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Sergipe, a marca de feminização do magistério ocorreu através do IERB o qual ampliou as possibilidades femininas de ascensão intelectual e social uma vez que possibilitou às mulheres o direito a uma profissão socialmente aceita. Por este motivo, podemos ratificar que o IERB representou o principal centro de formação do magistério primário do estado de Sergipe. Nele, as normalistas buscaram libertar-se da função socialmente imposta e almejavam ascensão sócio-econômica angariando, assim, seu espaço no campo intelectual sergipano. O estigma do magistério primário direcionado à mulher se confirmou, em Sergipe, ao nos atentarmos aos índices de uma instituição, que, apesar de mista, nas décadas de 60 e 70 do século XX, predominaram registros do sexo feminino em detrimento do masculino. Outrossim, é possível destacar a importância deste estudo por contribuir com a pesquisa no campo da Educação em Sergipe aliada à abordagem da História Cultural além de propiciar possibilidades de novos objetos para pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. “Mulheres na Educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX”. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 59 – 107.

_____. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: campinas: Autores Associados, 2007.

BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da modernidade na Escola Normal “Rui Barbosa”** (1930 – 1957). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Dissertação de Mestrado).

CHRTIER, Roger. **Forma e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Edusf; Contexto, 2002, p. 199 – 236.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação – NPGED, 2003a, (Coleção: Educação é História. V. 3).

_____. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003b, (Tese de Doutorado).

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871 – 1931**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. “República e Educação no Brasil”. In: VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007, p. 237 – 322.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930”. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). **Modos de ler / formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2001b.

DOCUMENTOS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.

“Escola Normal faz 120 anos de existência”. **Jornal da Cidade** Sergipe, 21 out. 1990. (Fonte: Acervo do IERB).

IERB. Regimento Interno, 1966. (Fonte: Acervo do IERB).

IERB. Regimento Interno, 1968. (Fonte: Acervo do IERB).

SANTOS, Osmário. “Maria das Graças: a mãe da Escola Normal”. **Jornal da Cidade** Sergipe, 12 abr. 1992. (Fonte: Acervo do IERB).

SOARES, Nadja. “Professora expõe trabalho realizado na Escola Normal”. **Jornal da Cidade** Sergipe, 17 nov. 1990. (Fonte: Acervo do IERB).

NOTAS

ⁱ Outros estudos que remetem à Escola Normal em Aracaju são os de: BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da modernidade na Escola Normal “Rui Barbosa”** (1930 – 1957). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Dissertação de Mestrado); FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação – NPGED, 2003a, (Coleção: Educação é História. V. 3); VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871 – 1931**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

ⁱⁱ Os folhetins, nascidos na França em 1836, eram histórias publicadas, diariamente, nos jornais em espaços de entretenimento. No Brasil, influenciaram substancialmente a formação da identidade nacional. Com abordagens temáticas diversas, compuseram o cotidiano e o imaginário dos leitores. Mais informações sobre a referida temática, consultar: MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ⁱⁱⁱ Bisneta de Brício Cardoso e filha de Anísio Azevedo e Jocabede Lima Azevedo, Maria das Graças de Azevedo nasceu em 1920 em Nossa Senhora das Dores. Recebeu uma educação em colégios de freiras – primeiramente, Imaculada Conceição, Penedo-Al, e, posteriormente, transferida para o Nossa Senhora das Graças, em Propriá-Se. Em uma de suas férias escolares, em Neópolis, conheceu Luis Pereira de Melo, o qual se tornou seu esposo no ano de 1939. Com a nomeação de seu cônjuge para a direção do Deip – Departamento de Imprensa e Propaganda – na gestão de Maynard Gomes – em Aracaju, Maria das Graças de Azevedo Melo dedicou-se a trabalhos voluntários e à produção de um programa feminino da Rádio Difusora subordinada ao Deip. No entanto, quando seu marido se tornou Juiz de Direito na cidade de São Cristóvão, ela o acompanhou e, nesta cidade, ensinou a alunos do Grupo Escolar Vigário Barroso que pretendiam prestar o Exame Adicional. Retornando a Aracaju, fez curso de aperfeiçoamento docente e foi convidada a dirigir o Grupo Escolar Barão de Maruim, ficando no cargo por dezessete anos. Presidiu a Associação Primária de Professoras de Aracaju, manteve uma seção no Sergipe Jornal intitulada “Notas Pedagógicas” e, no governo de Luiz Garcia, dirigiu o Centro de Pesquisas Educacionais de Sergipe. Ingressou como professora no IERB para ministrar “Metodologia de Ensino” em virtude de uma viagem da professora catedrática; no governo de Seixas Dórea recusou o convite de dirigir o IERB, aceitando-o apenas no governo de Celso de Carvalho no ano de 1964 e nele permanecendo por treze anos (Cf.:

Depoimento da Professora Maria das Graças de Azevedo Melo ao Jornal da Cidade em 12 abr. 1992.
Fonte: Arquivo do IERB).

^{iv} No que concerne à peça, além de depoimentos presentes nos impressos encontrados no arquivo do IERB, localizamos também uma Caderneta de aula que ratificou esta informação. Nela, havia registros dos ensaios aos sábados e na identificação dos nomes das alunas, em destaque as personagens interpretadas: Bernarda, Criada, La Póncia, Maria Josefa, Mendiga, 1ª Mulher, 2ª Mulher, 3ª Mulher, 4ª Mulher, Rapariga, Angústias, Martírio, Madalena, Amélia, Adela, Prudência.